

**BV Leasing – Arrendamento
Mercantil S.A.**

**Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2019**

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES	16
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	25
8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	28
9. OUTROS VALORES E BENS	28
10. INVESTIMENTOS	28
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	28
12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	29
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	30
14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	30
15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
17. TRIBUTOS	32
18. PARTES RELACIONADAS	33
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO	34
20. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	34
21. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	36
22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	38
23. OUTRAS INFORMAÇÕES	41

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. relativas aos períodos encerrados em 30 de junho de 2019 (1S19) e 2018 (1S18), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Jun.19 com saldo de carteira de crédito de R\$ 134,8 milhões, ante R\$ 241,6 milhões em Jun.18.

No 1S19, a BV Leasing registrou prejuízo líquido de R\$ 14,3 milhões, ante lucro líquido de R\$ 8,5 milhões no 1S18.

Adicionalmente, em 2019 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 01 de agosto de 2019.

A Diretoria



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.**
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionando nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Veja as Notas Explicativas nº 3h e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco,	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, relacionados aos processos de aprovação, registro, de classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de arrendamento mercantil e das principais premissas utilizadas no cálculo da provisão

<p>levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins do cálculo da provisão e complementa, quando necessários, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira.</p> <p>Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.</p>	<p>para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e outros créditos com características de concessão de crédito.</p> <p>Por fim, com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 3h e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>
--	---

Provisões e passivos contingentes – cíveis e fiscais

Veja as Notas Explicativas nº 3n e 21 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionados nas notas explicativas nº 3n e 21, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevantes para a</p>	<p>Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relativos à avaliação/classificação do risco processual e ao cálculo da provisão.</p> <p>Confirmamos com os assessores jurídicos externos que a base de contingências é íntegra e precisa por meio de conciliação das respostas dos assessores contra a base da Companhia.</p> <p>Com base em testes, avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda, a</p>

<p>nossa auditoria.</p>	<p>comparação entre os valores pagos e provisionados para os casos encerrados ao longo do semestre (<i>back test</i>).</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3n e 21, estão de acordo com as regras aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>
-------------------------	---

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas Explicativas nº 3m e 17d das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.</p> <p>Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins da elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos.</p> <p>Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo faz projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente.</p> <p>Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3m e 17d, estão de acordo com as regras aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis,

inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 junho 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30.06.2019	30.06.2018
ATIVO CIRCULANTE		2.613.504	7.208.891
Disponibilidades	4	199	378
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	2.596.839	7.194.601
Aplicações no mercado aberto		2.596.839	7.194.601
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6a	1.736	2.519
Carteira própria		1.736	460
Vinculados a prestação de garantias		-	2.059
Operações de Arrendamento Mercantil		1.018	(853)
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	88.527	176.186
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(84.291)	(176.185)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(3.218)	(854)
Outros Créditos	8	13.015	11.261
Diversos		13.015	11.261
Outros Valores e Bens	9	697	985
Bens não de uso próprio		834	1.626
(Provisão para desvalorizações)		(388)	(840)
Despesas antecipadas		251	199
ATIVO NÃO CIRCULANTE		689.381	774.879
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		553.318	515.981
Operações de Arrendamento Mercantil		670	(414)
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	58.211	85.459
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(55.425)	(85.459)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(2.116)	(414)
Outros Créditos	8	552.574	516.395
Diversos		552.574	516.395
Outros Valores e Bens	9	74	-
Despesas antecipadas		74	-
PERMANENTE		136.063	258.898
Investimentos	10	7.779	16.677
Outros investimentos		23.382	23.310
(Imparidade acumulada)		(15.603)	(6.633)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		186	186
(Amortização acumulada)		(186)	(186)
Imobilizado de Arrendamento	11a	128.284	242.221
Bens arrendados		368.220	423.228
(Insuficiência de depreciação)		(52.574)	(34.326)
(Depreciações acumuladas)		(187.362)	(146.681)
TOTAL DO ATIVO		3.302.885	7.983.770

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 junho 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30.06.2019	30.06.2018
PASSIVO CIRCULANTE		2.305.249	2.051.553
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	2.270.491	2.025.671
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.270.491	2.025.671
Outras Obrigações		34.758	25.882
Fiscais e previdenciárias	13a	318	3.710
Negociação e intermediação de valores		-	21
Credores por antecipação de valor residual	7c	306	397
Diversas	13b	34.134	21.754
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.421	4.915.116
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		33.421	4.915.116
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	33.219	4.911.536
Recursos de debêntures		33.219	4.911.536
Outras Obrigações		202	3.580
Credores por antecipação de valor residual	7c	202	193
Diversas	13b	-	3.387
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		964.215	1.017.101
Capital		932.512	932.512
De domiciliados no País	16a	932.512	932.512
Reservas de Lucros	16b	46.001	76.530
Lucros / (Prejuízos) acumulados		(14.298)	8.059
TOTAL DO PASSIVO		3.302.885	7.983.770

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		180.784	326.478
Operações de arrendamento mercantil	7b	77.873	102.927
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	102.911	223.958
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.1	-	(407)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(162.889)	(298.246)
Operações de captação no mercado	12b	(94.869)	(217.379)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(63.166)	(80.920)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(4.854)	53
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.895	28.232
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(42.337)	(11.154)
Outras despesas administrativas	14a	(2.311)	(3.365)
Despesas tributárias	17c	(39.987)	(3.229)
Outras receitas operacionais	14b	1.754	1.843
Outras despesas operacionais	14c	(1.793)	(6.403)
RESULTADO OPERACIONAL		(24.442)	17.078
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	621	(572)
Receitas não operacionais		867	51
Despesas não operacionais		(246)	(623)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(23.821)	16.506
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17a	9.523	(8.023)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO		(14.298)	8.483
LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Lucro / (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(28.035,29)	16.633,33
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas		
Saldos em 31.12.2017		932.512	44.305	31.801	-	1.008.618
Lucro Líquido do período		-	-	-	8.483	8.483
Destinações:						
Reserva legal	16b	-	424	-	(424)	-
Saldos em 30.06.2018		932.512	44.729	31.801	8.059	1.017.101
Mutações do período		-	424	-	8.059	8.483
Saldos em 31.12.2018		932.512	45.000	5.013	-	982.525
Dividendos intermediários	16c	-	-	(4.012)	-	(4.012)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(14.298)	(14.298)
Saldos em 30.06.2019		932.512	45.000	1.001	(14.298)	964.215
Mutações do período		-	-	(4.012)	(14.298)	(18.310)

O Lucro / (prejuízo) por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado antes dos Tributos e Participações		(23.821)	16.506
Ajustes ao Lucro / (prejuízo) antes dos tributos e participações		68.215	80.389
Provisão para arrendamento mercantil e outros créditos	7f	4.854	(53)
Depreciações e amortizações		64.475	66.272
(Superveniência) / Insuficiência de depreciação		(1.399)	9.586
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens		246	623
Provisão / (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	15	(77)	(51)
Despesas / (reversão) com provisões cíveis e fiscais	21d.1	116	4.012
Lucro / (prejuízo) ajustado antes dos Tributos e Participações		44.394	96.895
Variações Patrimoniais		(308.012)	(1.756.237)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(6)	291.211
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		2.354.492	2.165
(Aumento) / redução em operações de arrendamento mercantil		(6.490)	516
(Aumento) / redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(871)	786
(Aumento) / redução em outros valores e bens		(411)	339
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(4.293)	(3.910)
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(2.648.422)	(2.040.736)
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		-	(7.973)
(Redução) / aumento em outras obrigações		(2.011)	1.365
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(263.618)	(1.659.342)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(48)	(246)
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento		(54.608)	(86.151)
Alienação de imobilizado arrendamento		54.800	13.640
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		144	(72.757)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos / Juros sobre o capital próprio pagos		(14.012)	(4.149)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(14.012)	(4.149)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(277.486)	(1.736.248)
Início do período		2.874.512	8.889.876
Fim do período	4	2.597.026	7.153.628
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(277.486)	(1.736.248)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	1º Semestre/ 2019		1º Semestre/ 2018	
Receitas		176.512		321.399	
Receita da intermediação financeira		180.784		326.478	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(4.854)		53	
Outras receitas / (despesas)	14b / 14c / 15	582		(5.132)	
Despesas da intermediação financeira		(93.560)		(232.027)	
Insumos adquiridos de terceiros		(2.305)		(3.355)	
Serviços de terceiros	14a	(4)		(3)	
Processamento de dados	14a	(780)		(372)	
Propaganda e publicidade	14a	(134)		(128)	
Serviços do sistema financeiro	14a	(52)		(641)	
Serviços técnicos especializados	14a	(650)		(1.380)	
Emolumentos judiciais e cartorários	14a	(341)		(410)	
Impostos e multas de bens arrendados	14a	(324)		(326)	
Seguros	14a	(20)		(95)	
Valor Adicionado Bruto		80.647		86.017	
Despesas de amortização / depreciação		(64.475)		(66.272)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		16.172		19.745	
Valor Adicionado a Distribuir		16.172	100,00%	19.745	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		16.172	100,00%	19.745	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		30.464	188,37%	11.252	56,99%
Federais		(8.505)		9.106	
Estaduais		131		306	
Municipais		38.838		1.840	
Remuneração de Capitais de Terceiros		6	0,04%	10	0,05%
Aluguéis	14a	6		10	
Remuneração de Capitais Próprios		(14.298)	-88,41%	8.483	42,96%
(Prejuízo) / Lucro retido		(14.298)		8.483	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 01 de agosto de 2019.

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge* têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no Balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

h) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

i) Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada à Companhia;

- Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00: são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Despesas não operacionais".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A remuneração de originação de operações de arrendamento mercantil são reconhecidas integralmente como despesa conforme Resolução CMN nº 4.294/2013.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN nº 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

l) Captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	199	378
Disponibilidades em moeda nacional	199	378
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.596.827	7.153.250
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	2.596.827	7.153.250
Total	2.597.026	7.153.628

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	30.06.2019	30.06.2018
Aplicações no mercado aberto		
Revendas a liquidar - Posição bancada	2.596.839	7.194.601
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.172.688
Letras do Tesouro Nacional	-	2.952.036
Notas do Tesouro Nacional	2.596.826	2.028.526
Debêntures	13	41.351
Total	2.596.839	7.194.601
Ativo circulante	2.596.839	7.194.601

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada (Nota 6b)	102.257	224.058
Total	102.257	224.058

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em dias	30.06.2019					30.06.2018		
	Valor de mercado		Total			Total		
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	1.355	1.355	1.355	-	2.059	2.059	-
Títulos públicos	-	1.355	1.355	1.355	-	2.059	2.059	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.355	1.355	1.355	-	2.059	2.059	-
2 – Títulos disponíveis para venda	381	-	381	381	-	460	460	-
Títulos privados	381	-	381	381	-	460	460	-
Cotas de Fundos de Investimentos	381	-	381	381	-	460	460	-
Total (1 + 2)	381	1.355	1.736	1.736	-	2.519	2.519	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em dias	30.06.2019					30.06.2018		
	Valor de mercado		Total			Total		
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	381	1.355	1.736	1.736	-	2.519	2.519	-
Carteira própria	381	1.355	1.736	1.736	-	460	460	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	2.059	2.059	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em anos	30.06.2019				30.06.2018	
	Valor de mercado		Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por categoria	381	1.355	1.736	1.736	2.519	2.519
Títulos para negociação	-	1.355	1.355	1.355	2.059	2.059
Títulos disponíveis para venda	381	-	381	381	460	460

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2019			30.06.2018		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	1.736	-	1.736	2.519	-	2.519
Carteira própria	1.736	-	1.736	460	-	460
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	2.059	-	2.059

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	30.06.2019		30.06.2018	
1 – Título para negociação	1.355	78%	2.059	82%
2 – Títulos disponíveis para venda	381	22%	460	18%
Valor contábil / mercado da carteira	1.736	100%	2.519	100%

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	102.257	224.058
Títulos de renda fixa	636	(120)
Aplicações em fundos de investimento	18	20
Total	102.911	223.958

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

d.1) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Futuros	-	(407)
Total	-	(407)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2019	30.06.2018
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	31.006	40.433	12.641	-	-	-	-	-	-	84.080	241.489
01 a 30	5.976	1.337	301	-	-	-	-	-	-	7.614	14.654
31 a 60	4.932	1.337	301	-	-	-	-	-	-	6.570	14.441
61 a 90	4.423	1.337	301	-	-	-	-	-	-	6.061	14.223
91 a 180	9.564	4.006	903	-	-	-	-	-	-	14.473	41.654
181 a 360	4.451	7.933	1.525	-	-	-	-	-	-	13.909	77.185
Acima de 360	1.660	24.483	9.310	-	-	-	-	-	-	35.453	79.332
Parcelas vencidas	738	71	49	-	-	-	-	-	-	858	10
Até 14 dias	738	71	49	-	-	-	-	-	-	858	10
Subtotal	31.744	40.504	12.690	-	-	-	-	-	-	84.938	241.499
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	-	-	41.648	-	-	23	-	41.671	74
01 a 30	-	-	-	-	2.774	-	-	1	-	2.775	6
31 a 60	-	-	-	-	2.604	-	-	1	-	2.605	4
61 a 90	-	-	-	-	2.590	-	-	1	-	2.591	4
91 a 180	-	-	-	-	6.982	-	-	2	-	6.984	11
181 a 360	-	-	-	-	8.694	-	-	4	-	8.698	14
Acima de 360	-	-	-	-	18.004	-	-	14	-	18.018	35
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	-	-	8.182	-	-	7	-	8.189	59
01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	-	4.335	-	-	1	-	4.336	15
31 a 60	-	-	-	-	3.847	-	-	1	-	3.848	6
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	6
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	14
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Subtotal	-	-	-	-	49.830	-	-	30	-	49.860	133
Total	31.744	40.504	12.690	-	49.830	-	-	30	-	134.798	241.632

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão por níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2019			30.06.2018		
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente
AA	0,00%	31.744	-	-	89.798	-	-
A	0,50%	40.504	(203)	(203)	75.438	(377)	(377)
B	1,00%	12.690	(127)	(127)	76.026	(760)	(760)
C	3,00%	-	-	-	7	-	-
D	10,00%	49.830	(4.983)	(4.983)	242	(24)	(24)
E	30,00%	-	-	-	2	(1)	(1)
F	50,00%	-	-	-	4	(2)	(2)
G	70,00%	30	(21)	(21)	42	(31)	(31)
H	100,00%	-	-	-	73	(73)	(73)
Total		134.798	(5.334)	(5.334)	241.632	(1.268)	(1.268)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Saldo inicial	599	1.401
Reforço / (reversão)	4.854	(53)
Baixas para prejuízo	(119)	(80)
Saldo final	5.334	1.268

g) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	30.06.2019	% da carteira	30.06.2018	% da carteira
Maior devedor	49.830	36,97%	89.797	37,16%
10 Maiores devedores	120.453	89,36%	239.211	99,00%
20 Maiores devedores	134.370	99,68%	241.539	99,96%
50 Maiores devedores	134.798	100,00%	241.632	100,00%
100 Maiores devedores	134.798	100,00%	241.632	100,00%

h) Movimentação dos créditos renegociados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não tivemos renegociações de operações vencidas e não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

i) Informações complementares

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	1.657	4.761

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30.06.2019	30.06.2018
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 17d)	517.899	501.611
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 21f)	37.112	20.986
Impostos e contribuições a compensar	8.221	4.790
Valores a receber de sociedades ligadas	788	269
Devedores diversos - no País	1.569	-
Total	565.589	527.656
Ativo circulante	13.015	11.261
Ativo não circulante	552.574	516.395

9. OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2019	30.06.2018
Bens não de uso próprio	834	1.626
Máquinas e equipamentos	-	286
Veículos e afins	834	1.340
(Provisão para desvalorização)	(388)	(840)
Despesas antecipadas	325	199
Despesas de serviços do sistema financeiro	74	55
Despesas de serviços técnicos especializados	189	74
Seguros	62	70
Total	771	985
Ativo circulante	697	985
Ativo não circulante	74	-

10. INVESTIMENTOS

	30.06.2019	30.06.2018
Investimentos por incentivos fiscais	23.382	23.310
(Imparidade acumulada)	(15.603)	(6.633)
Total	7.779	16.677

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO**a) Imobilizado de arrendamento**

	30.06.2019	30.06.2018
Bens arrendados	368.220	423.228
Veículos e afins	194.178	322.773
Máquinas e equipamentos	58.108	28.982
Móveis	1.788	496
Instalações	953	293
Sistemas de processamento de dados	6.985	20
Perdas em arrendamentos a amortizar	106.208	70.664
Insuficiência de depreciação	(52.574)	(34.326)
Depreciação acumulada	(187.362)	(146.681)
Total	128.284	242.221

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ajuste da carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

	30.06.2019	30.06.2018
Valor presente	135.306	242.222
Credores por antecipação do valor residual	508	590
Valor presente das operações de arrendamento	134.798	241.632
(-) Valor contábil das operações	187.880	276.548
Arrendamentos a receber - Recursos internos	146.738	261.645
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(139.716)	(261.644)
Valores residuais a realizar	6.696	3.594
Valores residuais a balancear	(6.696)	(3.594)
Bens arrendados	368.220	423.228
Depreciação acumulada de bens arrendados	(187.362)	(146.681)
(=) Insuficiência de depreciação	(52.574)	(34.326)

c) Depreciação acumulada total

	30.06.2019	30.06.2018
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(187.362)	(146.681)
(-) Insuficiência de depreciação	(52.574)	(34.326)
(=) Depreciação acumulada total	(239.936)	(181.007)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição**

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Data Captação	Vencimento	30.06.2019	30.06.2018
Debêntures					
Pós-fixado	de 100,00% a 111,00% do DI	2006	2027	33.219	4.911.536
Letras de Arrendamento Mercantil					
Pós-fixado	de 101,00% a 103,00% do DI	2018	2020	2.270.491	2.025.671
Total				2.303.710	6.937.207
Passivo circulante				2.270.491	2.025.671
Passivo não circulante				33.219	4.911.536

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2019.

b) Despesas com operações de captação no mercado

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(94.869)	(217.379)
Debêntures	(7.194)	(208.538)
Letras de Arrendamento Mercantil	(87.675)	(8.841)
Total	(94.869)	(217.379)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	30.06.2019	30.06.2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	3.261
Impostos e contribuições a recolher	318	449
Total	318	3.710
Passivo circulante	318	3.710

b) Diversas

	30.06.2019	30.06.2018
Credores diversos – No País	1.015	2.516
Provisão para pagamentos a efetuar	4.488	3.932
Provisões para demandas cíveis (Nota 21d1)	5.240	3.974
Provisões para demandas fiscais (Nota 21d1) ⁽¹⁾	23.355	14.670
Valores a pagar a sociedades ligadas	36	49
Total	34.134	25.141
Passivo circulante	34.134	21.754
Passivo não circulante	-	3.387

⁽¹⁾ Inclui obrigações legais.**14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS****a) Outras despesas administrativas**

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Aluguéis	(6)	(10)
Processamento de dados	(780)	(372)
Publicações	(134)	(128)
Serviços do sistema financeiro	(52)	(641)
Serviços de terceiros	(4)	(3)
Serviços técnicos especializados	(650)	(1.380)
Emolumentos judiciais e cartorários	(341)	(410)
Seguros	(20)	(95)
Impostos e multas de bens arrendados	(324)	(326)
Total	(2.311)	(3.365)

b) Outras receitas operacionais

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Atualização de depósitos em garantia	965	432
Recuperação de encargos e despesas	633	768
Variação monetária ativa	136	34
Outras	20	609
Total ⁽¹⁾	1.754	1.843

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Demandas fiscais	(37)	(4.702)
Demandas cíveis	(1.669)	(1.351)
Outras	(87)	(350)
Total ⁽¹⁾	(1.793)	(6.403)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Receitas não operacionais	867	51
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	77	51
Outras	790	-
Despesas não operacionais	(246)	(623)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(246)	(623)
Total ⁽¹⁾	621	(572)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 932.512 (R\$ 932.512 em 30 de junho de 2018), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros**Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para Expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos

Em 29 de abril de 2019, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos no valor de R\$ 4.012 através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de maio de 2019.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. TRIBUTOS**a) Demonstração da despesa de IR e CSLL**

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Valores correntes	-	(3.261)
IR e CSLL no País – Corrente	-	(3.261)
Valores diferidos	9.523	(4.762)
Ativo fiscal diferido	9.523	(4.762)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	8.466	(1.254)
Diferenças temporárias	1.175	(2.927)
Marcação a mercado	(118)	(581)
Total	9.523	(8.023)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Resultado antes dos tributos e participações	(23.821)	16.506
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019)	9.528	(7.427)
Outros valores	(5)	(596)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	9.523	(8.023)

c) Despesas tributárias

	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Cofins	(842)	(884)
ISSQN ⁽¹⁾	(20.408)	(1.841)
PIS	(137)	(144)
Outras ⁽¹⁾	(18.600)	(360)
Total	(39.987)	(3.229)

⁽¹⁾ Inclui recolhimento pontual de ISS e respectivos encargos relacionados a períodos anteriores.**d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)**

	31.12.2018	1º Semestre/ 2019		30.06.2019	30.06.2018
	Saldo	Movimentação no período		Saldo	Saldo
		Constit.	Baixa		
Diferenças temporárias	28.206	2.028	(971)	29.263	20.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.737	1.941	(350)	3.328	2.807
Provisões passivas	26.166	87	(473)	25.780	16.981
Marcação a mercado	118	-	(118)	-	202
Outras provisões	185	-	(30)	155	378
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	480.170	8.466	-	488.636	481.243
Total dos créditos tributários ativados	508.376	10.494	(971)	517.899	501.611
Imposto de Renda	502.088	6.689	(738)	508.039	496.400
Contribuição Social	6.288	3.805	(233)	9.860	5.211

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2019.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2019	3.366	3.266
Em 2020	4.446	4.078
Em 2021	4.843	4.180
Em 2022	105.342	84.430
Em 2023	132.059	99.559
A partir de 2024	267.843	183.006
Total de Créditos Tributários	517.899	378.519

No semestre findo em 30 de junho de 2019, observou-se a realização parcial de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 930 (R\$ 5.263 em 30 de junho de 2018), correspondente a 34% (38% em 30 de junho de 2018) da respectiva projeção anual, de utilização apurado até o semestre findo em 30 de junho de 2019, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2019	1%	1%
Em 2020	0%	13%
Em 2021	0%	11%
Em 2022	21%	17%
Em 2023	25%	41%
A partir de 2024	53%	17%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

Em 30 de junho de 2019 e 2018 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

18. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim e suas controladas, o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30.06.2019				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	14	-	157	-	171
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	2.596.839	-	2.596.839
Outros ativos	-	-	788	-	788
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(365.862)	-	(365.862)
Outros passivos	-	-	(36)	-	(36)
	1º Semestre/ 2019				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	102.257	-	102.257
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(19.749)	-	(19.749)

	30.06.2018				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	15	-	328	-	343
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	7.194.601	-	7.194.601
Outros ativos	-	-	269	-	269
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(4.911.536)	-	(4.911.536)
Outros passivos	-	-	(70)	-	(70)
	1º Semestre/ 2018				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	224.058	-	224.058
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(208.537)	-	(208.537)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	30.06.2019		30.06.2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.596.839	2.596.839	7.194.601	7.194.601
Títulos e valores mobiliários	1.736	1.736	2.519	2.519
Operações de arrendamento mercantil	134.798	137.627	241.632	245.392
Passivo				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(2.303.710)	(2.323.333)	(6.937.207)	(6.934.412)

20. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de junho de 2019:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 30 de junho de 2019:

Cenário I ⁽¹⁾			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(162)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.308)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(4.534)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 28 de junho de 2019, para o prazo de um ano é 5,80%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,45% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

21. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para demandas fiscais e cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾		Demandas cíveis ⁽²⁾	
	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018	1º Semestre/ 2019	1º Semestre/ 2018
Saldo inicial	23.106	9.933	5.091	4.577
Constituições	-	4.578	475	392
Reversão da provisão	(36)	-	(256)	(632)
Baixa por pagamento	(13)	-	(610)	(288)
Atualizações ⁽³⁾	16	37	540	(75)
Saldo final	23.073	14.548	5.240	3.974

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

⁽³⁾ Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2019	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	21.640	5.240
De 5 a 10 anos	1.433	-
Total	23.073	5.240

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2019	30.06.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	18.810	18.721
Demandas cíveis	750	907
Total	19.560	19.628

⁽¹⁾ A principal discussão é sobre a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. Valores em 30 de junho de 2019: IRPJ R\$ 13.054 e CSLL R\$ 5.226 (IRPJ R\$ 12.968 e CSLL R\$ 5.198 em 30 de junho de 2018).

f) Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	30.06.2019	30.06.2018
Demandas fiscais	23.821	6.845
Demandas cíveis	13.291	14.141
Total	37.112	20.986

g) Obrigações Legais

A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências – Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 282 (R\$ 122 em 30 de junho de 2018) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

h) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de Capital

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);

- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.*Demonstrações Contábeis**em 30 de junho de 2019**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado*

(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 30 de junho de 2019, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,84% (16,02% em 30 de junho de 2018).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do último relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 30 de junho de 2019.

b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 30 de junho de 2019

Riscos cobertos	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	17.842	66

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

em 30 de junho de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525
Recursos provenientes da destinação de resultado	4.012	-	(4.012)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(14.012)	-	-	(14.012)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(10.000)	-	(4.012)	(14.012)
Saldo em 30.06.2019	-	932.512	46.001	978.513

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	4.149	932.512	76.106	1.012.767
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	424	424
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.149)	-	-	(4.149)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(4.149)	-	424	(3.725)
Saldo em 30.06.2018	-	932.512	76.530	1.009.042

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3